



IPAD
Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento.I.P



Cooperação
Portugal - Moçambique
Visita de S.EXA. Primeiro-Ministro a
Moçambique
2 – 5 Março 2010



ÍNDICE

1.2. Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2007 – 2009	3
1.3. Ajuda Pública ao Desenvolvimento	9
1.4. Bolsas	10
1.5. Cooperantes	12
1.6. Apoio às ONGD	12
Anexo – Programação para 2010	13

1.1. Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2007-2009

A 7 de Fevereiro de 2007, Portugal e Moçambique assinaram o **Memorando de Entendimento** referente ao **Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2007-2009**. O novo Programa caracteriza-se pelo alinhamento da programação portuguesa com as prioridades moçambicanas, inscritas no Plano de Acção da Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), e com o ciclo de programação moçambicano.

Com vista a melhorar a eficácia da Cooperação Portuguesa, foi realizado um processo de **Avaliação do PIC 2004-2006**. Para além de dar a conhecer o desempenho da Cooperação Portuguesa em Moçambique, a referida avaliação visou fazer um levantamento da experiência de programação e das suas características específicas com Moçambique. As conclusões desta avaliação forneceram importantes elementos para ao processo de elaboração do novo ciclo de programação.

Uma alteração importante no novo PIC foi a substituição dos Programas Anuais de Cooperação (PAC) aprovados anualmente, por um quadro indicativo de projectos sujeito a Revisões Semestrais, de modo a diminuir a frequência de processos negociais.

No âmbito do novo Programa de Cooperação passou a haver uma maior concentração da actuação da Cooperação Portuguesa, quer em termos sectoriais, quer em termos geográficos. Neste sentido, o novo PIC concentrou a sua actuação em três eixos centrais:

A – Capacitação Institucional – Neste eixo, considerado como área de grande relevância para a consolidação do Estado de Direito, em particular através do desenvolvimento das capacidades de intervenção técnica dos departamentos governamentais, responder-se-á às necessidades de formação de recursos humanos e de capacitação das instituições moçambicanas. Neste Eixo destacam-se as seguintes áreas:

- **Finanças:** A intervenção na área das Finanças tem vindo a assumir uma importância crescente fruto quer da disponibilização de Linhas de Crédito, quer da assinatura do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica na



- área das Finanças Públicas (PICATFin) com Moçambique. Este Programa resultou de um Memorando de Entendimento relativo à cooperação e assistência técnica em finanças públicas assinado pelos Ministros das Finanças dos dois países em Julho de 2008. O Programa tem por objectivo prestar apoio à área da governação e promover boas práticas na área das Finanças Públicas, nomeadamente através do reforço do enquadramento legal existente, aumento da transparência e responsabilização e melhoria da gestão de recursos públicos.
- **Justiça** – A Cooperação Portuguesa tem apoiado a formação de Magistrados, a formação na área dos Registos e Notariado e assessorias técnicas aos Serviços Prisionais e Reinserção Social. Esta intervenção ganhou novo impulso, não só pela importância do sector, mas também como complemento ao projecto em curso através do Trust Fund PNUD na área das prisões (reforço das capacidades/apoio à reforma legal do sistema prisional e implementação de alternativas à prisão) e também à execução do projecto na área da Segurança Interna.
 - **Segurança Interna** – Devido aos bons resultados alcançados na área da Cooperação Técnico – Policial, a Cooperação Portuguesa vai entrar numa nova fase, com a 1ª experiência de cooperação delegada com a União Europeia, gerindo o projecto de apoio ao sector da segurança. Será uma oportunidade de internacionalizar as competências do IPAD e as competências técnicas sectoriais, exigindo um empenhamento e esforço acrescido. Dada a relevância deste projecto, Portugal passará a desempenhar um papel fundamental em termos de coordenação do grupo de doadores que actuam no sector segurança em Moçambique.
 - **Apoio ao Orçamento** - Portugal é um dos 19 PAP – Parceiros do Apoio Programático de Moçambique. O objectivo fundamental da PAP é o de proporcionar um apoio financeiro eficiente e eficaz à implementação do Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), estando orientada explicitamente para a redução da pobreza em todas as suas dimensões. Em Abril de 2007, Portugal renovou, no âmbito da vigência do PIC 2007-2009, a sua presença neste Programa, prevendo disponibilizar um montante mínimo de 4.5 MUSD para o triénio 2007-2009, montante que foi desembolsado. Em 2010,



Portugal irá elaborar um novo Memorando de Entendimento bilateral com vista a renovar a sua participação neste programa. Mantêm-se em aberto a questão de saber quem em Portugal, Ministério das Finanças ou MNE-IPAD, assumirá quer a assinatura do novo Memorando Bilateral, quer o pagamento da contribuição portuguesa.

Relativamente a 2010, o compromisso do G-19 é da ordem dos 472 MUSD para o Apoio ao Orçamento e de 333 MUSD para o apoio aos Fundos Sectoriais (Educação, Saúde, HIV-SIDA, Estradas, Água e Saneamento, Reforma do Sector do Estado e Agricultura). O G-19 aprovou, a 18 de Março de 2009, um novo Memorando de Entendimento de Apoio ao Orçamento de Moçambique por um período de cinco anos (2009-2014).

No âmbito dos apoios sectoriais, Portugal assinou, em Março de 2007 o Memorando de Entendimento para a adesão ao **Fundo de Apoio para o Sector da Educação (FASE)**. A partir de 2008, Portugal passou a ser um contribuinte para o orçamento do FASE com 250.000 € anuais. Em 2009, Portugal passou a apoiar igualmente o **Fundo Comum da Estatística** com 250.000 € /ano. Em 2010, as contribuições portuguesas serão de 250.000 € para cada um destes dois Fundos.

B – Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza – Visa-se contribuir para o desenvolvimento humano e económico de Moçambique e a melhoria das condições de vida da sua população. Neste eixo destacam-se os projectos na área do Apoio Sócio-comunitário e o conjunto de projectos que cobrem os diversos graus de ensino em Moçambique, no ensino geral, técnico-profissional e superior.

- Relativamente ao sector da **Educação**, a intervenção deve caminhar para uma integração estratégica, articulada e complementar de diferentes acções. Vários doadores, devido à crise internacional, diminuíram os seus contributos ao sector da Educação, quer em termos bilaterais, quer em termos de apoio ao FASE. Moçambique solicitou a Portugal o reforço do seu apoio nesta área, nomeadamente no Ensino Técnico-Profissional e na Formação de Professores, pedido que terá de ser equacionado no âmbito de uma potenciação das intervenções em curso, ou de novas parcerias. Será também importante reforçar



o apoio institucional, tendo em conta o facto de o sector se debater com fragilidades institucionais no planeamento e acompanhamento concreto de projectos FASE.

- No âmbito do **Ensino Profissional** a Cooperação Portuguesa tem obtido resultados amplamente reconhecidos pelo Governo moçambicano e por outras cooperações, nomeadamente a italiana, com quem temos desenvolvido algumas acções conjuntas.

Com o envolvimento do nosso Ministério da Educação no actual projecto, dirigido pela Fundação Portugal África, a nossa intervenção no Ensino Técnico-Profissional de nível elementar nos próximos três anos vai ter uma expansão significativa, ao qual se juntaram outras entidades como a Fundação Portugal Telecom (material informático), a Leya Editores (manuais escolares) e a empresa Sasol Petroleum Temane (construção e equipamento da escola profissional de Mabote/Inhambane).

Há a possibilidade da Fundação Portugal Telecom vir a financiar a construção e equipamento de uma escola profissional de nível 3 (técnicos especializados) dedicada à electrónica.

- No âmbito do **Ensino Superior**, destacam-se as acções em curso, as quais envolvem a Universidade Eduardo Mondlane e diversas instituições de Ensino Superior portuguesas, como a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior de Economia e Gestão.
- No que diz respeito á área do **Desenvolvimento Sóciocomunitário**, destacam-se os vários projectos do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, o **Programa de Desenvolvimento Rural da Costa Litoral de Cabo Delgado** e o apoio à construção do **Centro de Educação Comunitário do Parque Nacional da Gorongosa**. No caso do Programa em Cabo Delgado, o objectivo é apoiar a Fundação Aga Khan no desenvolvimento socioeconómico das comunidades rurais da província de Cabo Delgado, em particular dos elementos mais desfavorecidos. No caso do Parque da Gorongosa, o objectivo é apoiar a Fundação Carr na reabilitação do Parque Nacional da Gorongosa, incentivando os membros das comunidades locais, para o desenvolvimento de



ideias de conservação da fauna e da flora, bem como para meios alternativos agrícolas, e ainda disseminar ideias relativas a questões relacionadas com a saúde, com o intuito de melhorar as condições de vida de cerca quinze comunidades locais.

C - Cluster da Ilha de Moçambique – Programa integrado que visa apoiar a iniciativa do Governo da República de Moçambique para o desenvolvimento sustentado da Ilha de Moçambique e da zona costeira adjacente, valorizando o seu património histórico e cultural, promovendo actividades geradoras de rendimento e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

- No âmbito do Cluster da Cooperação, foi apresentado oficialmente, a 19 de Fevereiro de 2009, o **Plano Director da Ilha de Moçambique** pela CESO C.I e financiado pela Cooperação Portuguesa. Os objectivos centrais do Plano Director visam assegurar o desenvolvimento sustentável e harmonioso da Ilha de Moçambique e da Região Continental envolvente, quer do ponto de vista humano e económico, quer patrimonial e ambiental. Nesse sentido, a reabilitação e valorização do património histórico e natural assume uma especial importância. Neste momento, aguarda-se a aceitação oficial das autoridades moçambicanas destes documento.

- No âmbito da Ilha de Moçambique, a Cooperação Portuguesa está envolvida, juntamente com o Japão, Holanda, Governo da Flandres, UCCLA e UNESCO, no projecto de Reabilitação da **Fortaleza de São Sebastião na Ilha de Moçambique**. A Fortaleza apresentava graves sinais de degradação. Para a conclusão da 1ª fase das obras de recuperação da Fortaleza, é necessário acabar os trabalhos de consolidação da muralha exterior, recuperação do pano da muralha original e reforço da protecção à Igreja de Nossa Senhora do Baluarte. Estes trabalhos estão dependentes da obtenção de novas fontes de financiamento e da disponibilização do Fundo de Emergência da UNESCO, o qual foi prometido há dois anos, na sequência do ciclone Jokwé que atingiu a Ilha de Moçambique em Março de 2008. Os trabalhos na Fortaleza de São Sebastião têm conhecido atrasos significativos, nomeadamente provocados pela morosidade de procedimentos por parte da UNESCO. Apesar dos nossos



repetidos pedidos de esclarecimento, a UNESCO continua a não dar resposta a uma série de questões essenciais ao avanço dos trabalhos.

A estruturação e financiamento da 2ª fase estão dependentes da definição da futura utilização do espaço. A equipa do Arquitecto José Forjaz, responsável pelo projecto de recuperação da Fortaleza, apresentou, em Fevereiro de 2009, ao governo moçambicano um conjunto de soluções (Museu, Pousada, Centro de Exposições, Centro de Conferências, Espaços Comerciais) que permitiriam ocupar o espaço e, simultaneamente, gerar algum tipo de rendimento para manter a Fortaleza. A possibilidade de se criar um Pólo da Universidade do Lúrio foi abandonada.

- Desenvolveu-se, igualmente no âmbito do Cluster, o **Projecto Vila do Milénio**. Este projecto visa promover o desenvolvimento socioeconómico sustentável da comunidade que vive na localidade do Lumbo. O projecto tem por base os princípios do “Millennium Villages Project” desenvolvido pelo Instituto da Terra da Columbia University e implementado pelo PNUD. Em Moçambique foi assinado um acordo entre o PNUD e o Governo de Maputo, o qual visa criar uma Vila do Milénio em cada um das províncias do país. A Vila do Milénio na zona da Ilha de Moçambique tem por objectivo promover o desenvolvimento socioeconómico sustentável da comunidade que reside na Vila do Lumbo, através de uma intervenção multi-sectorial integrada ao nível das actividades rurais, educação e saúde.

Geograficamente, a Cooperação Portuguesa concentrou a sua actuação, no triénio 2007-2009, nas províncias de **Maputo, Sofala e Nampula**. Para este PIC foi apresentado um orçamento indicativo de 42 milhões €.

Num encontro realizado, em Maio de 2009 em Lisboa, entre o SENEC e o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, ficou decidido que o actual PIC seria prolongado por mais um ano, até finais de 2010, com o objectivo do novo poder vir a alinhar cronologicamente com o novo documento moçambicano de combate à pobreza. Neste encontro, também ficou decidido realizar uma avaliação externa ao actual PIC. Ao longo de 2010 será elaborado um novo PIC.

Em Julho de 2009, no âmbito da visita de SENECA a Moçambique, foi assinado um protocolo com o Governo de Moçambique relativo ao **Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP)**. Este Fundo, com cerca de 9 MUSD, destina-se a apoiar projectos de investimento de empresas industriais de direito moçambicano de pequena dimensão, com prioridade para a região da Ilha de Moçambique, a fim de estimular o desenvolvimento económico daquela região.

Através de **Trust Funds**, Portugal intervém em diversos programas em Moçambique levados a cabo por organizações multilaterais como BAD, o PNUD, a UNIDO, a UNESCO e o Fundo Global Saúde do Banco Mundial.

1.2. Ajuda Pública ao Desenvolvimento

No período 2000-2008, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) bilateral Portugal – Moçambique apresentou os seguintes valores em Euros:

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
35.604.792	38.251.442	25.367.370	16.919.767	19.516.283	18.150.042	17.268.064	15.798.584	17.410.429

Fonte. IPAD.

Os valores elevados entre 2000 a 2002 estão relacionados com acções levadas a cabo no âmbito da dívida externa e ajuda de emergência.

APD Moçambique 2008	
TOTAL	17 410 429 €
110 - EDUCAÇÃO	7 927 382
120 - SAÚDE	97 937
130 - POLÍTICAS EM MATÉRIA DE POPULAÇÃO/ SAÚDE REPRODUTIVA	100 000
150 - GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	2 041 843
160 - OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	3 273 220
220 - COMUNICAÇÕES	50 428
230 - ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	7 713
240 - BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	105 971
311 - AGRICULTURA	321 957
322 - RECURSOS MINERAIS E INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	44 314
332 - TURISMO	7 882



APD Moçambique 2008

400 - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL	1 074 544
500 - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS	1 189 627
700 - AJUDA HUMANITÁRIA	325 716
910 - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	305 661
920 - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	486 234
998 - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO	50 000

1.3. Bolsas (Ano Lectivo 2009/2010)

1.3.1. Ensino Público

	Licenciaturas	Mestrados	Doutoramentos	Total
Novas	3	16	1	20
Renovadas	23	29	4	56
Total	26	45	5	76

1.3.2. Bolsas Militares

Exército		Armada	Força Aérea	IDN	IESM	Total
Unidades	Vestibular					
25	4	9	13	1	8	60

1.3.3. Ensino Jurídico

No âmbito do Programa Anual de Cooperação Bilateral para o sector da Justiça, decorre no Centro de Estudo Judiciários, o curso de Formação de Magistrados que, no corrente ano lectivo, conta com a participação de **3 Auditores moçambicanos**. Este Curso tem a duração de 1 ano lectivo e tem por objectivo a formação inicial nas dimensões de desenvolvimento de qualidades pessoais em relacionamento humano e de competências técnico-jurídicas.

1.3.4. Formação no Terreno (Bolsas Internas)

Contingente Aprovado	Bolsas em Execução	
	Ensino Superior	Ensino Secundário (EPM)
40	22	8

EPM – Escola Portuguesa de Moçambique

1.3.5. INOV Mundus.

No âmbito do Programa INOV – Jovens Quadros, o Conselho de Ministros, através da Resolução C M nº 93/2008, de 5 de Junho, aprovou a criação de uma medida específica para a área da cooperação para o desenvolvimento, designada INOV-Mundus. Para a 1ª Edição da Medida (2009/10) foram seleccionados 50 candidatos, dos quais 8 se encontram a frequentar estágios em Moçambique:

Estagiário	Entidade
1	Um Pequeno Gesto Uma Grande Ajuda
1	Fundação FOCUS
1	Centro Polivalente Leão Dehon
1	BAD
1	AIDGLOBAL
1	GACIM
1	IHMT
1	Fundação D. Bosco

Para a 2ª Edição da Medida (2010/11) foram seleccionados 9 candidatos para frequentar estágios em Moçambique:

Estagiários	Entidade
1	Um Pequeno Gesto Uma Grande Ajuda
1	Tese – Associação para o Desenvolvimento
1	Centro Polivalente Leão Dehon
1	AIDGlobal
1	Museu da Ilha de Moçambique
1	Associação Tropical Agrárias
1	Universidade Lúrio /Fac. Ciências Agrárias
1	Embaixada de Portugal em Maputo
1	OIKOS



1.4. Cooperantes

Quadro Resumo dos Agentes de Cooperação		
Cluster da Ilha de Moçambique	Apoio ao GACIM	1
Capacitação Institucional	Projecto da UE no âmbito do sector da segurança	1
Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza	Técnicas Sectoriais de Cooperação	4

1.5. Apoio às ONGD

Actualmente, encontram-se em execução 13 projectos de 11 ONGD.

PROJECTOS EM EXECUÇÃO				
ONGD	Projecto	Localização	Ano	Co-financ. IPAD
Fundação Gonçalo da Silveira	"Sementes do Amanhã - África" Construção de Casas-Lar para órfãos do SIDA	Tete	2006	58.057,60 €
MDM-P	Xikanwe Ilha de Moçambique	Nampula	2007	103.371,00 €
Oikos	Projecto de Segurança Alimentar do Distrito de Mandimba, Niassa	Niassa	2005	130.904,00 €
Oikos	Dinamização da pesca artesanal na Região da Ilha de Moçambique	Nampula	2006	107.572,00 €
Oikos	Sekeleka Motaze - Fortalecimento da Segurança Alimentar no contexto de VIH/Sida em Motaze	Maputo	2007	136.239,59 €
Associação Africa-Solidariedade	Construção de Edifício - Biblioteca e Sala de Estudo	Inhambane	2008	8.510,00 €
ATA	Projecto de Formação Profissional Agrária de Mumeno	Maputo	2008	31.046,86 €
IMVF	Projecto "Abrigo Seguro" - Reabilitação nos Bairros de Ndjenga e Km 18, Distrito de Govuro, Província de Inhambane	Inhambane	2008	37.673,48 €
ADPM	Projecto de Desenvolvimento Comunitário	Nampula	2008	107.700,00 €
ISU	Assistência Técnica às Escolas Familiares Rurais- Fase II	Âmbito Nacional	2008	48.172,50 €
VIDA	Associações Rurais juntas para o desenvolvimento	Maputo	2008	89.884,98 €
Cadeia da Esperança	Ação contra as Doenças Cardiovasculares	Maputo	2008	92.275,00 €
Sol sem Fronteiras	Educação na Esperança	Nampula	2008	79.732,05 €



IPAD
Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

Anexo